Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal Pleno

DELIBERAÇÃO AC00 - 742/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/2232/2015
PROTOCOLO	: 1575133
TIPO DE PROCESSO	: APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE DEODAPOLIS
JURISDICIONADA	: MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA VIANA
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA: APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – SICOM – DADOS, INFORMAÇÕES OU DOCUMENTOS – INTEMPESTIVIDADE – MULTA.

A intempestividade da remessa eletrônica de dados, informações ou documentos, via sistema de acompanhamento de contas municipais, após devidamente intimado o responsável, configura prática de infração, ensejando em aplicação de multa, conforme norma legal.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 28ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 8 de novembro de 2017, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela aplicação de multa no valor de 30 (trinta) UFERMS à Senhora Maria das Dores de Oliveira Viana, pela remessa extemporânea dos balancetes mensais de janeiro a setembro de 2014, do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para o recolhimento da multa, em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas - FUNTC e, em igual prazo, faça a comprovação nos autos, sob pena de cobrança executiva.

Campo Grande, 8 de novembro de 2017.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves – Relator

O presente processo foi autuado pelo Setor de Cartório, tendo em vista a Comunicação Interna nº 417/2014 expedida pela DGGM – Diretoria Geral de Gestão e Modernização, em 03/12/2014, na qual restou assinalado que o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Deodápolis/MS, representado pela Senhora **Maria das Dores de Oliveira Viana, CPF Nº 707.119.761-04**, Prefeita, não encaminhou os balancetes mensais correspondentes aos meses de **janeiro a setembro de 2014**, contrariando o disposto o Artigo 5º da Instrução Normativa TC/MS Nº 35/2011, de 14 de dezembro de 2011, que *"Dispõe sobre o Manual de Remessa de Informações e dá outras providências."*.

Com efeito, o Artigo 5º do mencionado Ato Normativo estabelece:

> **Art. 5º** A remessa das informações e dados realizada pelo SICOM deve atender às disposições do Anexo II desta Instrução Normativa e os seguintes prazos:
> I – até 31 de janeiro de cada exercício financeiro: a remessa das informações e dados relacionada aos Planos Plurianuais, às Leis de Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Gerais dos Municípios;
> **II – até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento de cada mês: a remessa das demais informações e dados.**

A responsável pelo Ente Jurisdicionado foi notificada a respeito, por meio do Termo de Intimação Nº 322/2015 (**Peça 2)**, oportunidade em que esta apresentou suas justificativas, conforme consta à **Fl., 4, da Peça 9.**

Na sequência, o processo foi encaminhado ao Ministério Público de Contas para a colheita do Parecer, ocasião em que este opinou pela aplicação de multa à Senhora Maria das Dores de Oliveira Viana, conforme revela o Parecer **PAR-MPC – GAB.6 DR. JAC-6717/2015**, acostado à **Peça 10.**

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves – Relator

De acordo com o contido nos autos, ficou comprovado que a Chefe do Poder Executivo de Deodápolis não prestou a devida obediência aos ditames da Instrução Normativa TC/MS Nº 35/2011, quando deixou de encaminhar para a apreciação desta Corte, nos prazos estabelecidos, os respectivos balancetes mensais nos moldes adotados pelo SICOM – Sistema de Acompanhamento das Contas Municipais.

Por outro lado, em consulta ao mencionado Sistema foi possível constatar que os dados relativos aos balancetes mensais em questão foram posteriormente encaminhados pelo Órgão Jurisdicionado, conforme demonstramos a seguir**:**

Mês de Referencia	Data limite para envio eletrônico dos dados	Data da entrega ao Tribunal Contas
Janeiro /2014	17/03/2014	**11/09/2015**
Fevereiro /2014	14/04/2014	**23/09/2015**
Março/2014	15/05/2014	**23/09/2015**
Abril/2014	16/06/2014	**23/09/2015**
Maio/2014	15/07/2014	**23/09/2015**
Junho/2014	14/08/2014	**23/09/2015**
Julho/2014	15/09/2014	**23/09/2015**
Agosto/2014	15/10/2014	**24/09/2015**
Setembro/2014	15/11/2014	**24/09/2015**
Outubro/2014	15/12/2014	24/09/2015
Novembro/2014	14/01/2015	24/09/2015
Dezembro/2014	16/02/2015	24/09/2015

Como se observa do quadro exposto, após a intimação providenciada o titular responsável promoveu a remessa dos dados correspondentes aos balancetes reclamados, ainda de maneira intempestiva.

Cabe salientar, que diversas reuniões foram promovidas pela DGGM desde a implantação do SICOM por esta Corte, sempre contando com a participação de representantes dos Órgãos Jurisdicionados e das empresas de Assessorias e Consultorias por estes contratadas, visando orientá-los quanto à forma e os prazos para o envio dos dados eletrônicos a esta Corte.

Entretanto, para boa parte dos Órgãos Jurisdicionados, como é o caso deste Órgão, tal providência se mostrou infrutífera, no tanto que, somente em 2015 e, após a intimação do responsável, os referidos balancetes mensais foram recepcionados pelo SICOM.

Logo, o não cumprimento dos prazos estabelecidos nos Atos Normativos editados por este Tribunal enseja a aplicação de multa ao agente infrator.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, acolho o Parecer Ministerial e VOTO para que o Colendo Plenário destine a este processo o seguinte julgamento:

1) Pela aplicação de multa à Senhora **Maria das Dores de Oliveira Viana, CPF Nº 707.119.761-04**, Prefeita do Município de Deodápolis, no montante equivalente a **30 (trinta) UFERMS,** com supedâneo nos Artigos: 42, Inciso I; 45, I, e 46, *caput,* da Lei Complementar nº 160/2012, c.c o Artigo 170, I, da Resolução Normativa TC/MS Nº 076/2013, pela remessa extemporânea dos balancetes

mensais de janeiro a setembro de 2014, do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, representando infração ao Artigo 5º da Instrução Normativa TC/MS Nº 35/2011, de 14 de dezembro de 2011;

2) Pela concessão do prazo de 60 (sessenta) dias para que a autoridade nominada no item anterior promova o recolhimento da multa, em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas - FUNTC e, em igual prazo, faça a comprovação nos autos, sob pena de cobrança executiva;

3) Pela intimação do resultado do julgamento aos interessados, nos moldes regimentais.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, nos termos do voto do Relator, em aplicar multa, em razão da apuração de responsabilidade.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Waldir Neves Barbosa.

Relator o Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Ronaldo Chadid, Jerson Domingos e a Exma. Sra. Conselheira-Substituta Patrícia Sarmento dos Santos.

Presente o Exmo. Sr. Procurador Geral de Contas João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande, 8 de novembro de 2017.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**

Relator

SETAC.MHPC/APC